

Sumário

Capítulo 1 ► DIREITO ECONÔMICO E ECONOMIA	17
1. História do pensamento econômico.....	17
1.1. Adam Smith (1723-1790).....	17
1.2. David Ricardo (1772-1823)	19
1.3. Thomas Robert Malthus (1766-1834).....	19
1.4. Jean-Baptiste Say (1767-1832).....	19
1.5. Karl Marx (1818-1883).....	19
1.6. Léon Walras (1834-1910)	21
1.7. John Maynard Keynes (1883-1946)	22
1.8. Joseph Alois Schumpeter (1883-1950).....	22
1.9. Milton Friedman (1912-2006)	23
2. Direito Econômico	23
3. Tipologia dos sistemas econômicos	29
4. Sistemas econômicos	30
4.1. Capitalismo	31
4.2. Socialismo.....	31
5. Liberalismo e intervencionismo.....	31
6. Modalidades de intervenção.....	35
Capítulo 2 ► ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA NO BRASIL	39
1. Constituição econômica e ordem jurídico-econômica	39
2. Ordem econômica na história constitucional brasileira	41
3. Fundamentos da ordem econômica	44
3.1. Valorização do trabalho humano.....	44
3.2. Livre-iniciativa.....	45
4. Finalidades ou objetivos da ordem econômica	48
4.1. Existência digna	48
4.2. Justiça social	49
5. Princípios gerais da atividade econômica	50
5.1. Princípio da soberania nacional	53
5.2. Princípio da propriedade privada	54
5.3. Princípio da função social da propriedade	55
5.4. Princípio da livre concorrência	58
5.5. Princípio da defesa do consumidor.....	61
5.6. Princípio da defesa do meio ambiente	66
5.7. Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais	70
5.8. Princípio da busca do pleno emprego.....	71
5.9. Princípio do tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.....	73
5.10. Princípios implícitos da ordem econômica.....	78
6. O livre exercício da atividade econômica. Limitações e condicionamentos	80
7. Políticas econômicas constitucionais.....	84

7.1. A política urbana	85
7.2. A política agrícola e fundiária e da reforma agrária	88
8. A lei da liberdade econômica (lei nº 13.874, de 2019).....	96
8.1. Lei da Liberdade Econômica: alcance, escopo e princípios.....	96
8.2. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.....	98
8.3. Garantias à livre iniciativa	104
8.4. Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial (FIARC)	106
8.5. Análise de Impacto Regulatório	108
8.5.1. O procedimento da Análise de Impacto Regulatório	111
8.6. Alterações legislativas decorrentes da Lei da Liberdade Econômica	112
Capítulo 3 ► INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA	115
1. Exploração da atividade econômica pelo Estado	115
2. Empresas estatais	119
2.1. Conceito	119
2.2. Criação e extinção	121
2.3. Regime de pessoal	123
2.4. Administração	125
2.5. Atos, licitações e contratos	129
2.6. Patrimônio	135
2.7. Falência	136
2.8. Fiscalização pelo Estado e pela sociedade	136
2.9. Objeto das empresas estatais.....	138
2.10. Transparência e <i>compliance</i>	139
2.11. Especificidades do regime jurídico das estatais que prestam serviços públicos	141
2.12. Especificidades do regime jurídico das estatais que desenvolvem atividade econômica	144
2.13. Diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista.....	146
2.14. Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).....	151
2.15. Empresas subsidiárias e controladas	154
3. Serviços públicos.....	156
3.1. Conceito e classificação.....	156
3.2. Princípios	159
3.3. Direitos e deveres dos usuários.....	164
3.4. Aplicação do CDC aos serviços públicos	165
3.5. Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei nº 13.460/2017)	166
3.6. Delegação dos serviços públicos	171
3.7. Licitação	177
3.8. Cláusulas do contrato de concessão comum	179
3.9. Remuneração do concessionário.....	182
3.10. Intervenção do poder concedente	185
3.11. Extinção da concessão	186
3.12. Reversão dos bens.....	188
3.13. Concessão Florestal.....	189
3.14. Prestação de serviços públicos em regime de parceria com agentes privados.....	189
4. Parcerias Público-Privadas.....	191

4.1. Conceito e princípios.....	191
4.2. Modalidades.....	194
4.3. Características e vedações.....	196
4.4. Licitação.....	198
4.5. Cláusulas contratuais.....	200
4.6. Contraprestação do Poder Público.....	202
4.7. Garantias.....	203
4.8. Sociedade de propósito específico.....	204
4.9. <i>Step-in rights</i> nas concessões comuns e especiais.....	205
4.10. Disposições aplicáveis à União.....	206
5. Monopólios na Constituição Federal de 1988.....	209
Capítulo 4 ▶ INTERVENÇÃO INDIRETA DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA.....	217
1. Intervenção indireta na Constituição Federal de 1988.....	217
2. Estado regulador.....	221
3. Natureza jurídica e objetivos da Regulação.....	225
3.1. Instrumentos de regulação e de mercado.....	227
4. Regulação e promoção da concorrência.....	228
5. Agências Reguladoras Independentes.....	231
5.1. Atividades.....	235
5.2. Classificação.....	242
5.3. Autonomia administrativa.....	243
5.4. O processo decisório nas Agências Reguladoras.....	250
5.5. Prestação de contas e controle social.....	254
5.6. Teoria da Captura.....	259
6. Agências em espécie.....	262
6.1. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).....	262
6.2. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).....	266
6.3. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).....	271
6.4. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).....	275
6.5. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).....	279
6.6. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).....	283
6.7. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – Lei 10.233/2001.....	286
6.8. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) – Lei 10.233/2001.....	290
6.9. Agência Nacional do Cinema (ANCINE).....	293
6.10. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) – Lei 11.182/2005.....	295
6.11. Agência Nacional de Mineração (ANM) – Lei 13.575/2017.....	299
7. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).....	303
7.1. Cide-combustível.....	306
8. Regime jurídico dos recursos naturais.....	307
8.1. Recursos para produção de energia hidráulica.....	309
8.2. Recursos minerais.....	312
8.3. <i>Royalties</i>	317
9. Promoção e incentivo ao Turismo.....	322
10. Disciplina do capital estrangeiro.....	322
Capítulo 5 ▶ DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....	329
1. Origem do Direito da Concorrência.....	329
2. Histórico e fundamento constitucional da defesa da concorrência no Brasil.....	330

2.1. Fundamento constitucional	332
3. Extraterritorialidade da Lei 12.529/11.....	333
4. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	335
4.1. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).....	336
4.1.1. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE).....	338
4.1.2. Superintendência-Geral	341
4.1.3. Procuradoria Federal junto ao Cade	343
4.1.4. Departamento de Estudos Econômicos.....	344
4.1.5. Gestão Administrativa, orçamentária e financeira do Cade	344
4.2. Ministério Público Federal perante o Cade	345
5. Infrações da ordem econômica.....	347
5.1. Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre-iniciativa	352
5.2. Dominar mercado relevante de bens ou serviços	353
5.3. Aumentar arbitrariamente os lucros.....	357
5.4. Exercer de forma abusiva posição dominante.....	358
5.5. Infrações à ordem econômica em sentido estrito	361
5.6. Das penas	372
5.7. Sinopse do Guia Dosimetria de multas de cartel	377
5.7.1. A sanção pecuniária – Multa	377
5.7.2. Sanções não pecuniárias.....	380
5.7.3. Da apresentação das informações de faturamento.....	381
6. Controle de concentrações.....	382
6.1. A regra da razão (<i>rule of reason</i>)	388
6.2. Sinopse do Guia de Análise de Atos de Concentração não horizontais	392
6.2.1. Integrações verticais	392
6.2.2. Fusões conglomeradas	393
6.2.3. Procedimentos para análise de atos de concentração não horizontal	395
7. Processo administrativo	396
7.1. Processo Administrativo no controle de atos de concentração	399
7.2. Inquérito Administrativo para apuração de infrações da Ordem Econômica....	403
7.3. Processo Administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica	404
8. Mecanismos consensuais de solução de controvérsias no direito concorrencial	407
8.1. Termo de Compromisso de Cessação.....	407
8.2. Sinopse do Guia de Termo de Compromisso de Cessação para os casos de cartel.....	408
8.2.1. Da colaboração.....	410
8.2.2. Da Contribuição pecuniária	411
8.3. Acordo de Leniência	415
8.4. Sinopse do Guia de Programa de Leniência Antitruste do Cade	418
8.4.1. Aspectos gerais do Programa de Leniência Antitruste do Cade	418
8.4.2. Fases da negociação do Acordo de Leniência no Cade	422
8.4.3. Após a celebração do Acordo de Leniência	424
8.4.4. Leniência <i>Plus</i>	425
8.5. Acordos em Controle de Concentração	426
9. Execução judicial das decisões do CADE	427
9.1. Intervenção judicial	430

10. Sinopse do Guia para a análise da consumação prévia de atos de concentração econômica (<i>gun jumping</i>).....	432
10.1. Atividades que podem levar à caracterização da consumação prévia de atos de concentração econômica (<i>gun jumping</i>).....	432
10.2. Procedimentos para diminuição do risco de consumação prévia de atos de concentração econômica.....	434
10.3. Possíveis punições em caso de verificação da consumação prévia de atos de concentração econômica	435
11. Sinopse do Guia Programas de <i>Compliance</i>	437
11.1. <i>Compliance</i>	438
11.2. <i>Compliance</i> concorrencial	439
12. Remédios antitruste.....	442
Capítulo 6 ▶ SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E ATIVIDADE BANCÁRIA	445
1. Conselho Monetário Nacional (CMN)	452
2. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	457
3. Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).....	458
4. Banco Central do Brasil.....	459
4.1. O Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal	465
5. Comitê de Política Monetária (COPOM).....	468
6. Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	469
7. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).....	471
8. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).....	473
9. Banco do Brasil S/A	475
10. Caixa Econômica Federal (CEF)	476
11. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES)	478
12. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN)	479
13. Fusões e aquisições no Sistema Financeiro Nacional (Cade x Banco Central)	480
14. Sistema de pagamentos.....	484
15. Regime de Administração Especial Temporária (RAET)	486
16. Acordos de Basileia	487
Capítulo 7 ▶ ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL	491
1. Introdução	491
2. Sujeitos Econômicos Internacionais.....	493
3. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).....	493
4. Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)	496
5. Organização Mundial do Comércio (OMC)	499
6. Mercosul.....	506
6.1. Origens e evolução	506
6.2. Natureza jurídica	511
6.3. Propósito, princípios e instrumentos.....	514
6.4. Fontes jurídicas.....	516
6.5. Estrutura	520
6.6. Solução de controvérsias.....	522
6.7. Principais tratados	527
7. Instrumentos de Defesa Comercial	529
7.1. <i>Dumping</i> e <i>Antidumping</i>	529
7.2. Medidas de Salvaguarda.....	537

7.3. Medidas Compensatórias.....	541
Capítulo 8 ► DIREITO PENAL ECONÔMICO.....	545
1. Introdução.....	545
2. Crimes contra o mercado de capitais – Lei 6.385/76.....	546
2.1. Manipulação do mercado.....	548
2.2. Uso indevido de informação privilegiada (<i>insider trading</i>).....	550
2.3. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função.....	555
3. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/86.....	556
3.1. Bem jurídico tutelado.....	560
3.2. Sujeitos do crime.....	561
3.3. Competência.....	563
3.4. Delação premiada.....	563
3.5. Divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta (art. 3º)....	564
3.6. Gestão fraudulenta e gestão temerária (art. 4º).....	565
3.7. Sonegação de informação ou prestação de informação falsa (art. 6º).....	569
3.8. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários (art. 7º).....	570
3.9. Empréstimo ou adiantamento vedados (art. 17).....	572
3.10. Financiamento mediante fraude (art. 19).....	574
4. Crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo – Lei 8.137/90.....	576
4.1. Crimes contra a ordem econômica.....	577
4.2. Crimes contra as relações de consumo.....	580
5. Crimes contra a ordem econômica e estoque de combustíveis – Lei 8.176/91.....	586
6. Crimes de lavagem de dinheiro – Lei 9.613/98.....	590
6.1. Autonomia.....	593
6.2. Fases.....	595
6.3. Sujeitos do crime, tentativa e penas.....	596
6.4. Competência.....	600
6.5. Procedimento.....	600
6.6. Efeitos da condenação.....	602
6.7. Delação premiada.....	602
6.8. Ação controlada.....	604
6.9. Mecanismos de controle.....	605
SÚMULAS RELACIONADAS AO DIREITO ECONÔMICO.....	608
SÚMULAS DO CADE.....	613
TESES DO STJ RELACIONADAS AO DIREITO ECONÔMICO.....	615
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	621